

Introdução

Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERNANDES, I.F.A.L. Introdução. In: *A democracia reduz a desigualdade econômica? Um estudo sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais igual por meio da democracia* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 1-20. ISBN: 978-85-68576-79-3. <https://doi.org/10.7476/9788568576793.0001>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

Segundo dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas a desigualdade econômica no Brasil atingiu em 2011 o nível mais baixo desde que começou a ser computada na década de 1960. No período posterior à transição democrática da década de 1980, mais exatamente a partir de 1993, sete anos após a democratização do país, a desigualdade econômica mensurada pelo coeficiente de GINI passou a apresentar expressiva tendência de queda (NERI, 2012).

Em 2010 este índice cruzou o patamar mais baixo de valores de GINI do Brasil – computados em 1960, entrando no décimo segundo ano consecutivo de queda de desigualdade. Em 2011, a inclinação desta tendência negativa era mais aguda do que no começo da curva, apresentando uma taxa de queda duas vezes maior que a dos primeiros anos do processo, o que indica que a redução da desigualdade econômica no Brasil continua sendo um movimento de fôlego. O coeficiente de GINI caiu de 0.607 em 1993, ápice da desigualdade, para 0.519 em janeiro de 2012, 3.3% do patamar estabelecido em 1960. No Gráfico 1 apresentamos a evolução destes dados a partir de 1992.

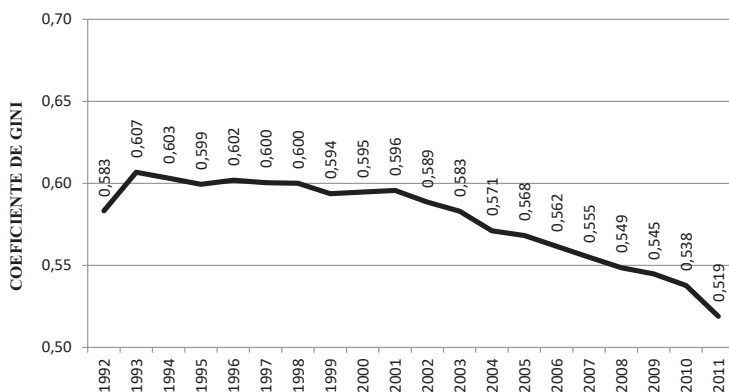


Gráfico 1 – Coeficiente de GINI no Brasil a partir dos anos 1990

Fonte: Microdados da PNAD / IBGE (CPS / FGV) (NERI, 2012)

A evolução da desigualdade econômica no Brasil é um processo intrigante devido ao fato de que seu crescimento e redução têm acompanhado os principais eventos que marcaram a vida política e econômica nacional. O crescimento da desigualdade ao longo das décadas de 1960-80 é considerado por muitos como o resultado deliberado da estratégia de modernização econômica adotada pelo Regime Militar, que privilegiou a construção de um setor moderno da economia à custa dos setores mais tradicionais e de uma menor participação dos salários no valor adicional agregado da economia.

A partir da transição democrática na década de 1980, sobretudo após a transferência do poder para os civis, da eleição direta do Presidente da República e da expansão dos direitos políticos para os analfabetos, as demandas dos grupos menos favorecidos na sociedade vieram à tona, ganhando a denominação de “dívida social”. Esse processo teve como consequência a criação, ao longo dos últimos 25 anos, de um sistema de proteção social bastante abrangente, incluindo um

sistema de saúde gratuito, público e universal e uma ampla rede de assistência social, que inclui – entre outros projetos – inúmeros programas de sustentação de renda. Destacam-se também as reformas e alterações promovidas em esferas essencialmente econômicas, como, por exemplo, a facilitação do microcrédito, ou mesmo medidas relacionadas ao mercado de trabalho como a sustentação de aumentos reais no salário mínimo; vetores que impactam e aceleram o processo de redução da desigualdade.

Uma das principais consequências destes desdobramentos políticos foi um crescimento agudo da desigualdade entre as décadas de 1960 e 1990, seguido de impressionante redução iniciada a partir de 1993. No Gráfico 2 apresentamos uma visão de longo prazo da desigualdade no Brasil desde a década de 1960, o que deixa claro o formato em U-invertido da curva de evolução da desigualdade econômica no Brasil.

Tendo em vista estes dados preliminares sobre a relação entre os tipos de regimes políticos e a evolução da desigualdade econômica no Brasil, questionamos quais são os elementos últimos que explicariam de fato as razões do crescimento da desigualdade durante o Regime Militar e a sua posterior queda após a redemocratização. Seria o caso brasileiro uma evidência importante de que a democracia é realmente capaz de exercer o seu papel fundamental de reduzir as diferenças entre as pessoas e as ditaduras, por sua vez, estão associadas a processos de fomento à desigualdade? Isto é, a extensão do direito ao voto dado ao segmento mais pobre da população durante a década de 1980, combinado com a permissão da livre escolha por parte dos cidadãos dos seus principais líderes políticos seriam os principais fatores explicativos da inflexão da curva da desigualdade econômica brasileira de maneira tão abrupta,

revertendo um longo processo de trinta anos ininterruptos de crescimento da desigualdade econômica?

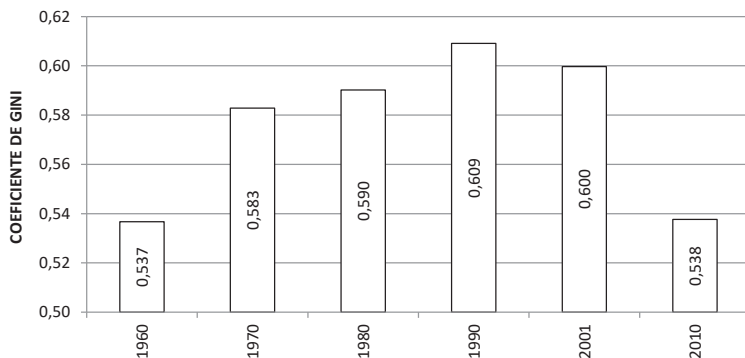


Gráfico 2 – Visão de longo prazo do coeficiente de GINI no Brasil

Fonte: Microdata da PNAD / PME e Censo (CPS / FGV) (Neri, 2012)

Obs: Transição Autoritária – 1964. Transição Democrática – 1985.

Nessa pesquisa tentamos responder esta questão tomando o caso brasileiro como apenas mais um dentro da perspectiva histórica comparada da relação entre democracia e desigualdade. Isto posto, adotamos como indagação principal a ser respondida ao longo do trabalho:

“Seria a democracia um importante componente do processo de redução da desigualdade econômica dentro de uma determinada comunidade política”?

Esta pergunta já foi feita antes mesmo de a revolução democrática do século XX, quando verdadeiramente houve a criação de sistemas políticos nos quais a expansão do sufrágio atingiu toda a população adulta. A expectativa levantada no século XIX por filósofos políticos, tanto conservadores

quanto progressistas, era que a criação e expansão do sufrágio universal estaria associada inevitavelmente à redução da enorme desigualdade econômica produzida pelas economias capitalistas a partir da Revolução Industrial. E, possivelmente, teria como consequência natural, trágica para os conservadores e redentora para os socialistas, o fim do sistema de proteção aos direitos de propriedade.

Apesar disso, um fato bastante corriqueiro das previsões feitas por cientistas sociais é sua refutação pela história. Boa parte das consequências políticas empíricas é muitas vezes inesperada e não respalda as expectativas anteriormente formuladas. Diante disso, nos perguntamos se as expectativas dos filósofos políticos do século XIX encontraram algum respaldo empírico na jornada da democracia do século XX?

A previsão de que a democracia é capaz de transformar direitos políticos equitativamente distribuídos em recursos econômicos mais igualmente distribuídos se realizou ou a relação entre democracia e desigualdade tornou-se essencialmente ortogonal e os temores levantados por políticos e filósofos políticos conservadores no século XIX demonstraram-se infundados?

Observando mais uma vez o caso brasileiro, é possível formular uma explicação alternativa para o padrão U-invertido da evolução da desigualdade econômica nas últimas cinco décadas, no qual o desenvolvimento econômico seria o principal determinante deste processo. A conexão entre a democratização e uma queda abrupta da desigualdade mensurada pelo coeficiente de GINI seria nessa explicação apenas um resultado espúrio da associação que o desenvolvimento econômico possui tanto com o sucesso de um sistema democrático, quanto com a própria distribuição de recursos econômicos da

sociedade. Isto é, a relação entre democracia e desigualdade seria espúria ao papel desempenhado por outras variáveis que importam mais.

Segundo a narrativa econômica tradicional, o próprio processo de modernização econômica da sociedade, seguindo os padrões estabelecidos pelo economista Simon Kuznets (1955), guiam a evolução da democracia e da desigualdade. E o ápice da desigualdade se encontra justamente no processo de adaptação e transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, com uma posterior queda a partir do momento em que a economia urbanizada e industrializada atinge certa maturidade no processo de desenvolvimento.

Dentro desta perspectiva, é possível que tanto o sucesso democrático brasileiro pós-1985 quanto a redução da desigualdade pós-1993 estejam associadas ao avanço e maturidade do desenvolvimento econômico do país. E assim, nesta explicação, tanto o aumento quanto a queda da desigualdade seriam nada mais que consequências do processo de desenvolvimento e temporalmente alinhadas, mas independentes dos momentos autoritários e democráticos.

Na contramão do exemplo brasileiro, pesquisas recentes sobre a evolução da desigualdade econômica nos Estados Unidos e nas economias mais desenvolvidas da Europa Ocidental e do Japão demonstram que no último quarto do século XX e na primeira década do século XXI, a desigualdade nas nações mais ricas do planeta cresceu de maneira substantiva, ainda que ao longo de todo esse período estes países tenham sempre mantido uma estrutura política democrática. Piketty (2014). Piketty e Saez (2003), por exemplo, mostram dados a respeito de um crescimento consistente da desigualdade estadunidense desde 1970, sobretudo em favor do topo da distribuição de

renda e com grandes picos no crescimento da renda do 1% mais rico do país no final da década de 1980. Piketty (2014) e Piketty e Saez (2006) mostram que o mesmo padrão se repete nas democracias britânica, japonesa, francesa e canadense.

A evolução da desigualdade americana tem um formato de U ao longo do século XX. Enquanto no início do século, período conhecido como *Gilded Age*, a desigualdade econômica dentro dos EUA era perversiva, sendo que os 5% mais ricos detinham mais de 40% da renda nacional, enquanto o 1% mais rico detinha aproximadamente 25%; o período pós-Grande Depressão, incluindo o pós-Segunda Guerra Mundial, é marcado por um constante processo de redução das disparidades econômicas dentro do país, atingindo seu patamar mínimo em 1975, quando o 1% mais rico detinha cerca de 10% da renda nacional e os 5% mais ricos cerca de 25%. Após a onda liberal inaugurada pelo presidente republicano Ronald Reagan, esse processo sofreu uma inflexão e na última década os Estados Unidos apresentaram patamares de concentração de renda semelhantes ao início do século XX e, por tal, o período foi denominado por Larry Bartels (2008) como a *New Gilded Age*.

Contudo, uma consideração importante a ser feita sobre estes dados de crescimento da desigualdade no mundo desenvolvido é que a mera constatação de que países democráticos, como os exemplos dos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, tenham apresentado consistente aumento da desigualdade econômica não significa necessariamente que a democracia não é um vetor de redução da desigualdade entre as pessoas. É plausível argumentar – embora impossível de comprovar empiricamente – que caso estes países tivessem sido governados por regimes autoritários nas últimas décadas, o aumento da desigualdade teria sido muito maior do que o ocorrido.

Tal argumento é enfatizado por aqueles que entendem que o processo de aumento da desigualdade nas últimas décadas do século XX independe da política e reflete, outrossim, os efeitos da expansão da globalização da economia mundial e das novas tecnologias da Revolução Tecnocientífica, que aumentaram os retornos salariais do capital humano mais qualificado (WOOD, 1994; NECKERMAN; TORCHE, 2007; AUTOR, 2010; BOIX, 2011; SPENCE; HLATSHWAYO, 2012).

A importância desta questão de pesquisa decorre, portanto, do papel crucial que é dado à democracia por cientistas sociais, políticos e cidadãos como mecanismo facilitador de criação de condições de maior igualdade econômica. Contudo, ainda que este papel seja bastante debatido, é pouco clara qual é a contribuição efetiva da democracia para o problema da desigualdade, apesar de existir uma percepção generalizada e normativa de que a democracia deva estar relacionada e mesmo ser a promotora de cidadania mais igual. Como apresentaremos no Capítulo 1, a literatura que trata desta relação entre democracia e desigualdade é extremamente vasta e ainda não chegou perto de algum consenso sobre os principais padrões dessa relação, sobretudo do ponto de vista empírico.

Inclusive, análises recentes que fizeram uso de alguns dos melhores dados disponíveis para discutir os determinantes da desigualdade econômica obtiveram resultados divergentes. Entre os últimos estudos podemos citar Li, Squire e Zou (1998); Chong (2004); e Reuveny e Li (2003) que encontraram uma associação forte e negativa entre democracia e desigualdade, enquanto Timmons (2010) replicou as três análises em um banco de dados maior, construído e expandido a partir dos mesmos critérios dos dados daqueles autores, e não encontrou nenhuma relação significativa.

Em relação a esta literatura comparada, discutimos dois problemas fundamentais que foram pouco tratados e sobre os quais entendemos que reside a explicação da dificuldade dos avanços teóricos e empíricos sobre o tema.

Em primeiro lugar, boa parte das pesquisas que tentaram estimar o efeito da democracia sobre a desigualdade não levou em conta o fato de que existe uma potencial endogenia nesta relação. De um lado é plausível aventar a hipótese de que os regimes democráticos possuem efeitos equalizadores sobre a distribuição de recursos econômicos e do outro existe extensa literatura que aborda a questão de que a própria desigualdade é um dos componentes fundamentais dos processos de democratização. Conforme advogado em parte da literatura que estuda os determinantes da transição democrática, sociedades com altos níveis de desigualdade não são terrenos férteis para a democracia. A ameaça de redistribuição de riqueza estimularia a adoção de soluções antidemocráticas pelas elites política e econômica, que temem ser expropriadas de suas riquezas, caso o poder político passe para as mãos do povo (BOIX, 2003; ACEMOGLU; ROBINSON, 2006; HOULE, 2009).

Encontramos apenas dois estudos que de fato se esforçaram para analisar as duas relações simultaneamente (RUBINSON; QUINLAN, 1977; BOLLEN; JACKMAN, 1985). Em nosso trabalho, apresentamos uma abordagem de variável instrumental que permite superar os problemas e limitações decorrentes da potencial endogenia existente na relação. Ademais, incluímos na análise uma lista de variáveis instrumentais que nos permitem selecionar com confiança quais são os instrumentos que identificam a variável endógena de maneira adequada, sendo fortemente correlacionados com democracia e não com desigualdade.

Em segundo lugar, e como contribuição mais relevante da pesquisa, incorporamos novo elemento na análise da relação entre democracia e desigualdade econômica, que não foi trabalhado por nenhum estudo comparado. Desenvolvemos no Capítulo 2 e verificamos empiricamente no Capítulo 4 e 5 a hipótese de que os efeitos da democracia na redução da desigualdade social não são homogêneos ao longo da distribuição de desigualdade. Refutamos de maneira peremptória a suposição de que os efeitos da democracia sobre a desigualdade econômica são os mesmos em sociedades mais iguais e em sociedades mais desiguais. Em nossa hipótese e nos resultados apresentados constatamos que a democracia só possui efeitos redutores da desigualdade econômica justamente quando comparamos ditaduras e democracias entre os países mais desiguais das diferentes amostras utilizadas neste trabalho.

Para isso conjecturamos teoricamente que em sociedades mais igualitárias o tema da desigualdade não é discutido e tampouco a clivagem central do debate político democrático. Isto porque os indivíduos desejam que outros temas sejam tratados pelo sistema político, pelos partidos e pelas autoridades políticas. Temas estes que ocupam posição superior no ranking de problemas e prioridades existentes na sociedade, o que estimula que a disputa pelo eleitorado entre os partidos políticos sublinhe outros problemas mais sensíveis que o tema da desigualdade. Por outro lado, em sociedades desiguais, o tema da redução da desigualdade econômica é extremamente sensível e atrativo politicamente, de forma que os partidos que competem pelo voto popular tendem a utilizar esta temática como trunfo político, criando, portanto, um ciclo positivo de redução da desigualdade econômica por meio das políticas públicas desenvolvidas pelos partidos vitoriosos.

De acordo com o arcabouço teórico proposto, o processo político ocorrido no Leste Europeu após a democratização dos antigos satélites soviéticos não foge ao escopo de nossa teoria. O aumento dramático da desigualdade nesses países decorreu do fato que esse tema não deveria ser o foco de atenção principal dos partidos que competiam pelo poder político. Inclusive, existem fortes evidências que no imediato à transição democrática, a opinião pública do Leste Europeu estava interessada em outras temáticas e não no debate sobre a desigualdade econômica. Isto porque estas sociedades deixavam para trás regimes autoritários que produziram um nível elevado de igualdade social, estando no centro da disputa política outros temas julgados mais relevantes pelos membros dessas sociedades.

A evolução da opinião pública polonesa sobre a desigualdade ao longo da década de 1990 é clara sobre isto. No início do processo de democratização e transformação econômica a desigualdade foi enxergada segundo um viés positivo: reflexo da ampliação das oportunidades com as reformas econômicas pós-comunistas. Com o passar do tempo, a tolerância à crescente desigualdade reduziu-se, coincidindo com o crescimento da percepção de que os rendimentos elevados eram e são obtidos por meio de corrupção e outros processos injustos (GROSFELD; SENIK, 2010).

Outro exemplo das diferentes visões a respeito da necessidade de redistribuição de renda é obtido com a análise da opinião pública chinesa, país onde o crescimento da desigualdade econômica não é observado pela população como um grande problema, mas sim como reflexo de uma maior abertura à livre iniciativa e à capacidade de ascensão pessoal dentro dessa sociedade marcada por um sistema autoritário que por

três décadas teve como principal objetivo reduzir a diferenciação entre seus cidadãos (ZHOU, 2000; WHYTE, 2010).

Em survey, na China, a respeito das atitudes sobre a desigualdade e injustiça distributiva, realizada em 2004 (entrevista com 3267 pessoas entre 18 e 70 anos), foi encontrada uma atitude geral de aceitação ou aprovação ao invés de raiva contra as desigualdades. Por exemplo, a maior parte dos respondentes disse que diferenças nas habilidades são um importante fator para explicar quem é rico (70%) e quem é pobre (61%), enquanto a injustiça do sistema econômico só foi expressa por 27% da população como justificativa de quem é rico e por 21% como justificativa de quem é pobre. Encontramos, inclusive, indicadores que demonstram não existir uma pauta em defesa da redistribuição de renda. Apenas 30% dos cidadãos respondentes disseram ser favoráveis a medidas redistributivas por parte do governo (WHYTE, 2010)¹.

Segundo o arcabouço proposto, o tema da desigualdade só será ativado politicamente a partir do momento em que os níveis de desigualdade econômica atingem patamares mais elevados, de forma a transformá-lo num tema sensível ao debate político e, portanto, um caminho para a obtenção de votos. Deste modo, solucionamos o enigma proposto por Gradshtein e Milanovic (2004) sobre o crescimento da desigualdade econômica no Leste Europeu após o fim do sistema soviético e a posterior democratização. E resolvemos o problema incluín-

¹ Mesmo não havendo uma indisposição social contra o crescimento da desigualdade, os dados do Banco Mundial demonstram que o crescimento desta na China foi agudo nas três últimas décadas. Enquanto em 1981 o Índice de GINI chinês era de apenas 0.29, um dos menores do mundo, em 2002 esse número cresceu para 0.45, indicando que a China transitou de um país de baixa desigualdade para um país de desigualdade moderadamente alta.

do tal caso na análise e não adotando a solução mais utilizada pela literatura: a mera eliminação desses casos dos bancos de dados.

Assim, o tema da desigualdade econômica só virá à tona nos ambientes eleitorais em que uma considerável parcela dos eleitores for de fato sensível a essa temática. E isso ocorrerá quando a questão da desigualdade econômica for passível de ser traduzida em termos de injustiça e desequilíbrio social e não como consequência natural de outros elementos que sejam positivamente valorizados pelos cidadãos, como, por exemplo, a competição via mercado em contextos políticos nos quais os cidadãos tendem a valorizar os pontos positivos das relações mercantis centradas na livre iniciativa e no retorno monetário de acordo com a produtividade individual. Isto é, quando a distribuição de renda em uma dada sociedade for passível de abjeção social e existir espaço (verídico ou não) para a denúncia do uso das instituições políticas e econômicas para o benefício de certos grupos específicos em detrimento do todo social e não como consequências naturais de processos aceitos como justos pela sociedade.

O exemplo claro deste processo é a forte derrubada da desigualdade na América Latina nos anos 2000 com a consolidação das transições democráticas no subcontinente. Trata-se da região do mundo que após a terceira onda democrática associou em um mesmo território os índices mais altos de desigualdade no planeta com adoção de sistemas políticos democráticos e inclusive uma forte pressão da própria região para a manutenção dos regimes democráticos nos países que entraram em crise política, tal como os recentes exemplos paraguaio e hondurenho. Como demonstrado em Lustig, Lopez-Calva e Ortiz-Juarez (2013) nos anos 2000, após 15 anos de

democracia, há uma queda na magnitude da desigualdade latino americana não trivial. Este fenômeno abarcou países que apresentaram distintas características, como, por exemplo, altas taxas de crescimento na Argentina e outros que tiveram apenas um crescimento modesto como o México e Brasil ou mesmo que foram governados por partidos de centro-esquerda: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai; ou por governos conservadores: México.

Postos tais elementos, nesta pesquisa temos como principal motivação revisitar essa hipótese tão disseminada no debate sobre o tema da relação entre desigualdade e democracia que tendem a tratar os efeitos da democracia como homogêneos ao longo da distribuição de desigualdade econômica. A razão para o uso tão generalizado deste suposto decorre de duas causas principais.

Do ponto de vista teórico a utilização do modelo do eleitor mediano como principal alicerce de reflexão a partir do qual são analisados como os padrões do comportamento político em sistema democrático são distintos dos padrões dos sistemas autoritários. Boa parte dos modelos teóricos se baseia no suposto de que existe uma dimensão única do debate político de determinada sociedade e a diferença entre as democracias e as ditaduras decorre do fato que o eleitor relevante da primeira é o eleitor mediano e o eleitor relevante da segunda é um membro da elite política e/ou econômica. O modelo formal elaborado por Buenos de Mesquita e outros (2005) é uma ilustração clássica e bastante disseminada desta opção teórica e o modelo redistributivo de Meltzer e Richard (1981) estabeleceu o *framework* básico a partir do qual são discutidas as diferenças entre democracia e ditadura no que se refere à redistribuição econômica.

Do ponto de vista empírico, a adoção do suposto de que os efeitos da democracia sobre a desigualdade são homogêneos decorre das exigências técnicas dos modelos tradicionais de regressão baseados em métodos lineares condicionais à média, incluindo os modelos lineares generalizados (GLM). Os modelos GLMs têm como objetivo principal a estimação de efeitos médios de um vetor de variáveis independentes em uma variável dependente. E para a estimação de efeitos heterogêneos é necessária a adoção de técnicas um pouco mais sofisticadas.

Desta maneira, refutamos empírica e teoricamente de maneira categórica a afirmação que a democracia tem o mesmo efeito sobre a desigualdade econômica em sociedades mais iguais ou em sociedades mais desiguais. Assim, propomos uma explicação alternativa na qual os efeitos da democracia sobre a desigualdade tendem a interagir com o próprio nível de desigualdade. Mais especificamente, propomos que as democracias que sobrevivem e se consolidam em sociedades mais desiguais tendem a ser mais eficazes no tratamento da desigualdade e o sucesso brasileiro em reduzir a profunda desigualdade econômica ao longo dos últimos 20 anos seria reflexo deste processo – o surgimento e consolidação da democracia em uma sociedade que atingiu níveis bastante elevados de desigualdade econômica.

Temos a expectativa que os efeitos da competição democrática sobre o tema da redistribuição em sociedades iguais não deve diferenciá-la de regimes não democráticos, uma vez que a desigualdade não é um tema a ser ativado pela disputa política. Inexiste a demanda por redistribuição na população e os partidos políticos não têm interesse em ativá-la, buscando obter apoio eleitoral por meio do uso de outras demandas políticas, ativando outras dimensões ou clivagens sociais. Por

outro lado, em sociedades excessivamente desiguais os partidos políticos tendem a moldar o discurso eleitoral e as próprias políticas públicas em busca da minimização dos efeitos da desigualdade econômica, uma vez que a demanda por redistribuição por parte da cidadania torna-se um vetor que diminui a importância de outras clivagens latentes que existam na sociedade. Os partidos políticos teriam uma maior tendência a atender a esta demanda e tratar do problema da desigualdade econômica como uma questão que excede os limites da economia de mercado, refletindo, outrossim, conceitos de injustiça e exploração social, e de denúncia do uso das instituições políticas e econômicas para benefício de certos grupos privilegiados.



O livro está organizado em 5 capítulos e mais as considerações finais. No primeiro capítulo revisamos a extensa literatura que trata da relação entre desigualdade e democracia tanto do ponto de vista teórico quanto empírico. Em primeiro lugar introduzimos o debate sobre a recorrente percepção nas Ciências Sociais de que a criação de iguais oportunidades e direitos políticos teria como consequência inevitável o fomento de melhores condições econômicas para as classes menos favorecidas, o que teria como implicação final a redução da desigualdade econômica vis-à-vis os resultados socioeconômicos de regimes políticos autoritários. Em seguida organizamos a literatura mais recente em torno de quatro mecanismos principais, por meio dos quais a democracia produziria seu efeito sobre a desigualdade. E, por fim, apresentamos os resultados da literatura empírica, sublinhando que até agora não há

o mesmo consenso empírico tal qual o teórico sobre os reais efeitos da democracia sobre a desigualdade.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos a literatura que trata das relações com democracia e com desigualdade de outras variáveis de confusão que afetam o modo com o qual a democracia e a desigualdade se relacionam. Estas são principalmente o papel exercido pela economia de mercado, que é concomitantemente associado a mais democracia e a mais desigualdade, o papel do desenvolvimento e dos choques tecnológicos e, por último, o papel da globalização e da expansão das relações comerciais e financeiras no mercado internacional. Finalmente, encerramos o capítulo discutindo brevemente a literatura que analisa a relação inversa entre democracia e desigualdade: o aumento da desigualdade pode reduzir ou aumentar a probabilidade de um regime autoritário tornar-se democrático e de um regime democrático permanecer neste estado ao longo dos anos.

No segundo capítulo desenvolvemos o argumento teórico de que os efeitos da desigualdade são heterogêneos ao longo da própria distribuição de desigualdade econômica entre os países, de forma que para estimar o efeito real da democracia é necessário separar como o sistema político age em relação à desigualdade em sociedades mais iguais, em sociedades intermediariamente desiguais e nas sociedades mais desiguais. O nosso argumento é que a democracia só irá reduzir a desigualdade nas sociedades que são mais desiguais, pois nessa existem incentivos para o surgimento de uma demanda por políticas redistributivas no seio do eleitorado e também os partidos políticos encontram incentivos positivos para atenderem a esta demanda. Os pormenores do argumento e as respectivas hipóteses são detalhados no capítulo.

No mesmo capítulo discutimos a metodologia adequada para estimar os efeitos heterogêneos da desigualdade e ao mesmo tempo controlar o problema da potencial causalidade inversa que existe na relação entre democracia e desigualdade. Para tal empreitada combinamos duas metodologias distintas. Para estimar os efeitos heterogêneos da desigualdade adotamos o *framework* da regressão quantílica, enquanto para estimarmos a relação da democracia sobre a desigualdade independente da relação da desigualdade sobre a democracia optamos pelo método de variável instrumental. As condições necessárias para o uso de cada um dos métodos são descritas no Capítulo 2 e os testes que comprovam a validade das variáveis instrumentais selecionadas são apresentados no Capítulo 4.

No terceiro capítulo discutimos, em seus pormenores, o que entendemos por democracia e desigualdade econômica e como mensuramos estes dois fenômenos. É importante a discussão conceitual sobre as duas variáveis, pois existe uma vasta literatura e inclusive um debate acirrado sobre quais são as definições mais adequadas na conceptualização de cada um dos conceitos e qual é a melhor forma de mensurá-los. Optamos nesta pesquisa por adotar o coeficiente de GINI como a régua de mensuração da escala, pois além de ser o mais difundido na literatura é também sensível a alterações na distribuição de renda no começo, meio ou final da distribuição. E em relação à democracia optamos por uma interpretação minimalista do fenômeno democrático, entendendo apenas como a existência de competição política pelo poder associado à participação de toda a população adulta e adotamos a medida de democracia que é adequada a esta definição e cuja confiabilidade é maior.

Sublinhamos que nos abtemos de qualquer discussão mais profunda a respeito de qual seja o conteúdo adequado do

termo democracia. Caso o leitor considere a definição minimalista excessivamente pouco exigente, a nossa pesquisa tenta estimar o impacto que a competição política livre e aberta tem sobre a desigualdade econômica. Isto porque o mecanismo por meio do qual a democracia teria efeitos heterogêneos sobre a desigualdade decorre da natureza competitiva da disputa política democrática e como os partidos e os eleitores encaram o problema da desigualdade como trunfo e/ou determinante da escolha do voto.

Finalizamos o capítulo apresentando a relação descritiva da evolução da desigualdade entre democracias e ditaduras ao longo de dois diferentes períodos de tempo. No primeiro analisamos a relação utilizando dados mais refinados de democracia e desigualdade entre 1960 e 2008 e depois analisamos com dados um pouco mais problemáticos, mas que abrangem todo o vasto período de surgimento dos regimes representativos democráticos, tanto nos países do mundo desenvolvido e do mundo em desenvolvimento – entre 1820 e 1992. As principais conclusões que emergem de ambas as análises são, em primeiro lugar, a constatação de que os últimos anos são marcados por um abrupto crescimento da desigualdade não encontra respaldo nos dados e, em segundo lugar, a democracia não parece ter um comportamento médio distinto do comportamento das ditaduras sobre a desigualdade. E, por fim, na última seção do capítulo apresentamos a descrição das variáveis de confusão que serão utilizadas como controles no capítulo 4.

No capítulo 4 apresentamos a análise inferencial do argumento. Apresentamos evidências de que as variáveis instrumentais escolhidas identificam adequadamente a variável endógena democracia, de modo a tornar possível a estimação dos reais efeitos da democracia sobre a desigualdade

econômica. Os testes realizados demonstram de maneira clara que os instrumentos selecionados – instrumentos relacionados ao fenômeno da difusão de democracia pelo mundo e da localização longitudinal de um país – são correlacionados com democracia e não correlacionados com desigualdade.

No capítulo 5, ainda fazemos uma bateria de análises utilizando diferentes medidas de democracia e desigualdade, diversas especificações do modelo final, inclusive outros bancos de dados e comprovamos a hipótese de que a democracia possui efeitos heterogêneos sobre a desigualdade e que os efeitos em direção à redução da desigualdade estão concentrados nos países mais desiguais. Além do mais, apresentamos evidências contundentes que a estimação dos efeitos médios da democracia sobre a desigualdade por meio de métodos condicionais à média é extremamente inadequada, uma vez que, dependendo da variação dos efeitos heterogêneos, a sumarização pode ser positiva, negativa ou nula.

Tais resultados indicam de maneira peremptória que a hipótese tradicional adotada pela literatura de que a democracia afeta a desigualdade econômica de maneira homogênea em países iguais, medianamente desiguais e muito desiguais é equivocada, um impedimento forte para a evolução do debate a respeito da relação entre a democracia e a desigualdade econômica e a principal causa por detrás das inconsistências empíricas encontradas na própria literatura.